ESPECIAL

FUTURO DA ADVOCACIA

Istock

Como o digital está a revolucionar a advocacia

A Inteligência Artificial e o *Machine Learning* estão a mudar a forma como se trabalha e o mundo do Direito não é exceção. Conheça os desafios de um setor que tem de se atualizar sem pôr em causa a sua missão e deontologia.

"Ordem deve regulamentar recurso à Inteligência Artificial", diz António Jaime Martins

P | 4

Fórum: os líderes dos principais escritórios nacionais falam dos desafios da digitalização

P | 12

ADVOCACIA

Tradição não dará lugar ao "e-Advogado"

Várias sociedades de advogados portuguesas e ibéricas criaram equipas destinadas à transformação do modelo de negócio e procuram novas valências nos candidatos. No entanto, "confiança", "valor acrescentado" e até "papel" continuam presentes nas rotinas.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@jornaleconomico.pt

As sociedades de advogados portuguesas e ibéricas estão a transformar o seu quotidiano, a automatizar processos e a introduzir no seu dicionário conceitos como *Machine Learning*, *Artificial Intelligence* ou *Data rooms*. Pelo meio, algumas têm piscado o olho a startups de LegalTech, como a Luminance, ou a sistemas como a Kira. No entanto, ainda está para chegar o dia em que o «e-advogado» é uma realidade em Portugal, porque as exigências tradicionais das empresas e organizações perante as grandes firmas mantem-se: reputação, confiança, credibilidade, valor-acrescentado, capacidade de resolver e antecipar problemas e agilidade para definir uma estratégia para melhor servir o cliente.

Ao Jornal Económico, mais de uma dezena de advogados mostraram-se recetivos às novas tecnologias e confirmaram que o trabalho no interior de um escritório já mudou – e a mudança veio para ficar. Mais, ainda irá crescer, para os fazer crescer consigo. Não é a segunda nem a terceira vez que os advogados contactados por este semanário opinam sobre transformação digital, mas é certamente uma das primeiras em que se observa maior unanimidade face a uma mudança que já aconteceu dentro das sociedades, da qual não é preciso ter receio.

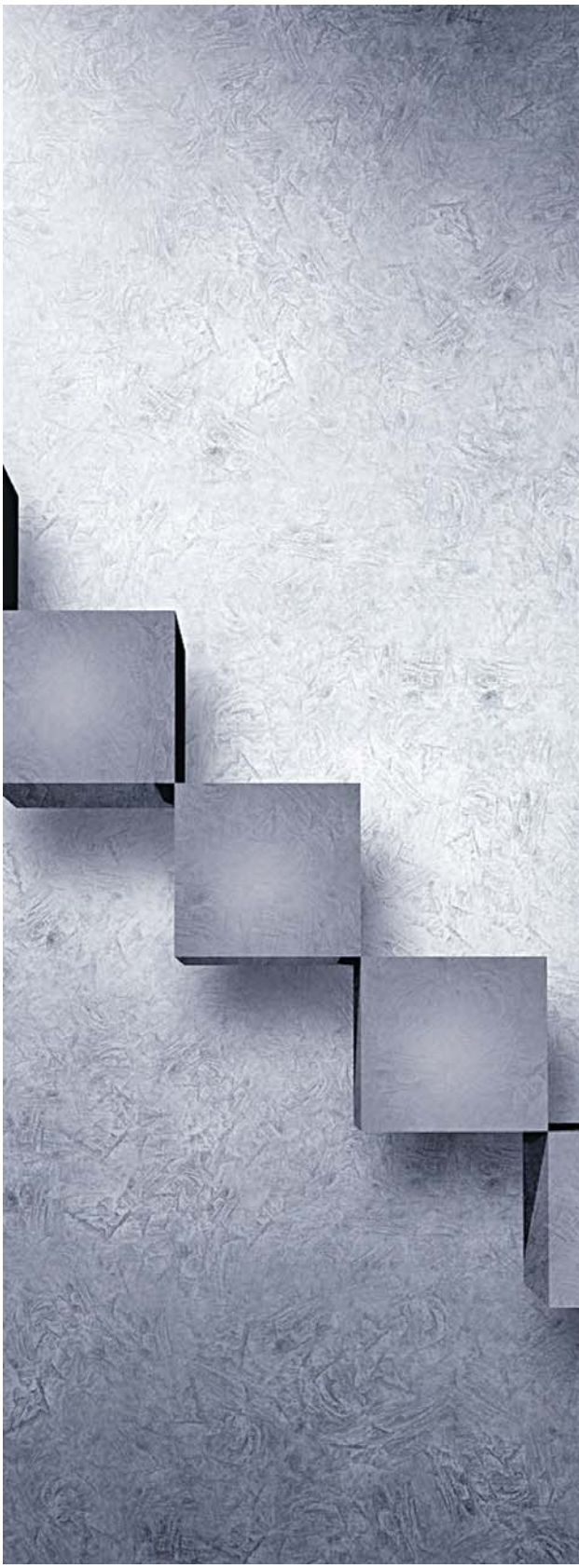
Ainda assim, Paulo de Moura Marques lembra que "o setor da prestação de serviços jurídicos é tradicionalmente mais apegado ao papel" e que, apesar da acessibilidade de infraestruturas, plataformas e processos, "ainda é muito comum o recurso à impressão para uma melhor leitura" dos documentos. O sócio fundador da AAMM – Abecasis, Moura Marques, Alves Pereira & Associados refere que o que poderia assemelhar-se a "ficção científica" há poucos anos "aproxima-se a passos largos, sendo o campo dos conflitos de consumo unanimemente indicada como uma das áreas em que ocorrerá mais cedo, cabendo aos advogados preparem-se para tal realidade".

Na advocacia do futuro, os sistemas de Inteligência Artificial (IA) passarão de meros exemplos 'aqui e ali' para regra intrínseca à atividade, acompanhando também o desenvolvimento das redes dos próprios clientes, que começaram a utilizar estas ferramentas sem apreensão e ceticismo característico da maioria dos advogados. "No médio e mesmo no longo prazo, persistirão, sem dúvida, alguns domínios da prática jurídica que continuarão a escapar às virtualidades do software disponível e a exigir a mediação única do advogado, mas as soluções tecnológicas não deixaram de ser decisivas como instrumento de eficaz recolha, organização e tratamento de informação volumosa e de conteúdo repetitivo, de análise e extração de conclusões quantitativas, de controlo de processos e projetos de escala no que respeita a orçamentos, prazos, alocação de equipas e gestão de rentabilidade", exemplifica Mafalda Seabra Pereira, sócia da AVM Advogados.

As áreas de Telecomunicações, Media e Tecnologias de Informação, Direito Laboral, Contencioso, Propriedade Intelectual e Proteção de Dados são as mais suscetíveis ao impacto das mudanças tecnológicas

Algumas sociedades de advogados criaram equipas destinadas à transformação do modelo de negócio e, consequentemente, já procuram novas valências nos candidatos. A CMS Rui Pena & Arnaut estima que, durante uma transacção em que apostou na IA, conseguiu ganhos de eficiência na ordem dos 30%, o que agradou o cliente do setor tecnológico em causa, dado que se tratava de numa operação de M&A de grande dimensão, realizada no ano passado. "A título de exemplo, posso dizer que a CMS já há dois anos que está a treinar o Kira, uma tecnologia de revisão automatizada de contratos assente em machine learning. O «go live» do Kira aconteceu em 2017, no setor das Telecomunicações, Media e Tecnologias de Informação (TMT). Foi utilizado na revisão de 2500 contratos, oriundos de 27 jurisdições e produzidos em 23 idiomas", conta o sócio Francisco Xavier de Almeida ao Jornal Económico. A PLMJ ou a Cuatrecasas também se renderam a este sistema.

No caso da Vieira de Almeida, a transformação tecnológica chegou



à sociedade de forma consciente e refletiu-se automaticamente nas situações em que a mobilidade, a colaboração e a eficiência se tornaram mais necessárias. Através de ferramentas como o Microsoft Surface ou o Skype from Business, a firma implementou mecanismos de acesso remoto e virtualização das ferramentas de trabalho, que potencia a partilha de tarefas e documentos dentro do escritório.

Segundo Catarina Cunha e Távora, a introdução de novas ferramentas tecnológicas está a "obrigar" os escritórios de maior dimensão, aqueles que a ela estão mais expostos à transformação digital, "a repensar a formar como oferecem serviços aos seus clientes focando-se, acima de tudo, em oferecer serviços mais eficientes e seguros". "A eficiência tem um reflexo direto no tempo de resposta ao cliente e, por inerência, atendendo ao modelo tradicional de faturação das sociedades de advogados, nos custos do respetivo serviço cobrado ao cliente", assegura a sócia da Miranda & Associados.

Como tal, no processo de recrutamento das firmas atualmente, além da formação académica adequada (e nos estabelecimentos de ensino superior conceituados), responsabilidade e organização, constam já conhecimentos a nível tecnológico e digital – pelo menos, quando se procuram estagiários ou advogados mais jovens, quem geralmente possui esta característica, de acordo com a perspetiva dos porta-vozes ouvidos. Em termos de áreas de prática onde a digitalização continuará a estar presente e em constante evolução, os advogados do presente (com um pé no futuro) concordam que será certamente na de TMT, Laboral, Contencioso e Propriedade Intelectual / Proteção de Dados.

A substituição do fator humano nas tarefas padronizadas, como tratamentode informaçãoeecontrolo de projetos ou equipas, servem para auxiliar. Porém, os advogados acreditam que falta às máquinas o "i*nput* emocional"

Maria João Ricou, managing partner da Cuatrecasas em Portugal, refere que o escritório está particularmente atento a competências colaborativas e tecnológicas, inteligência emocional, literacia financeira, capacidade de adaptação à mudança e de gestão do tempo. "Naturalmente que, além do percurso académico, fatores como o perfil cultural e comportamental, o conhecimento de línguas estrangeiras e o domínio das novas tecnologias são valorizadas", destaca, por sua vez, Pedro Rebelo de Sousa. O fundador da SRS Advogados enumera ainda o espírito de equipa, o rigor, "o potencial talento, a sólida preparação e vontade de trabalhar".

Mais do que conhecimento e capacidade técnica, na visão de Domingos Cruz, managing partner da CCA Ontier, os principais factores de diferenciação na advocacia de negócios são os quatro E's: Experiência, Expertise, Eficiência e Empreendedorismo. "Cada um faz a diferença", diz, enfatizando que "tranquiliza os clientes" e garante resultados" o 'estar disponível' e ser capaz de ter ideias inovadoras. ●

PUB

Uma Sociedade de Advogados próxima dos seus Clientes

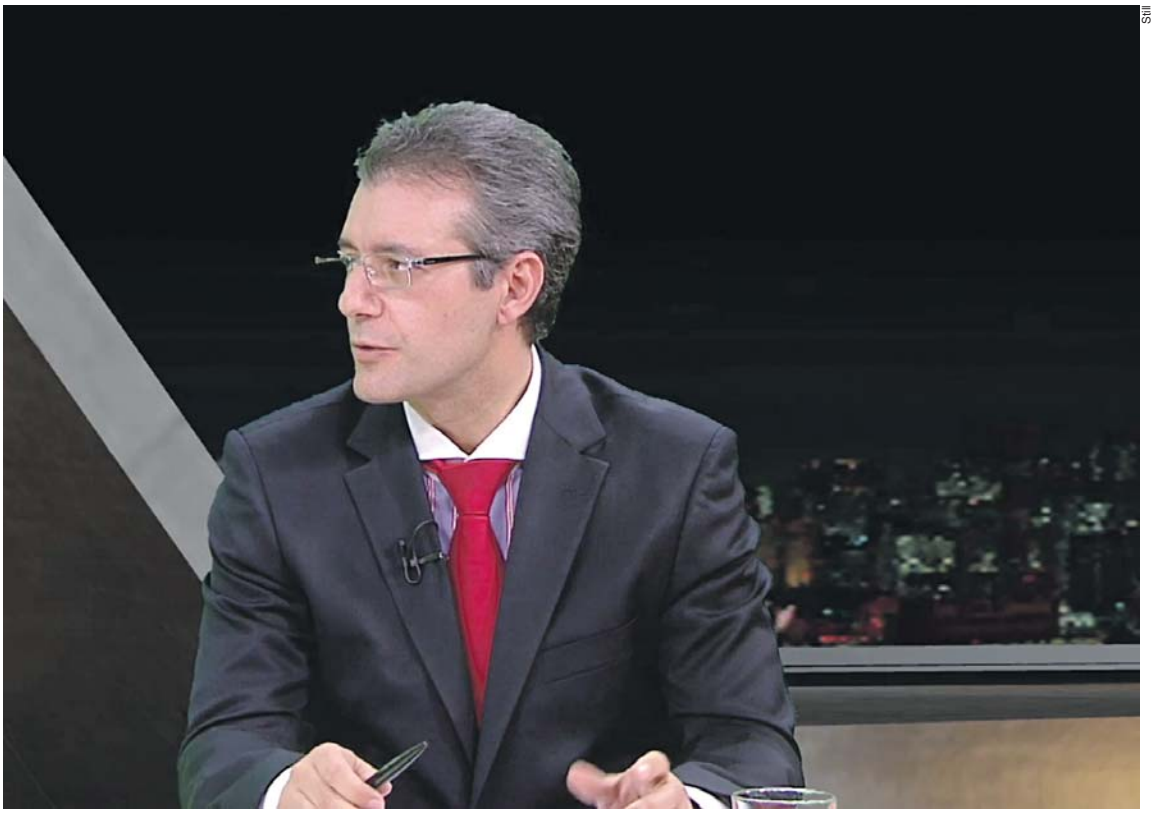
Rua de São Nicolau, N.º 23, 2.º andar 1100 – 547 Lisboa (+351) 218 879 142 geral@azeredoperdigao.pt

ENTREVISTA ANTÓNIO JAIME MARTINS Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

"O digital não deve levar à desumanização da Justiça"

O presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados defende que é necessário definir o enquadramento em que a utilização de sistemas de inteligência artificial deve ser aceite.

FILIPE ALVES
falves@jornaleconomico.pt



Em entrevista ao Jornal Económico, António Jaime Martins defende que o recurso às novas tecnologias não deve pôr em causa os princípios deontológicos que devem nortear a advocacia. A desumanização da Justiça é uma ameaça aos direitos dos cidadãos e a Ordem dos Advogados deve regular as situações em que os sistemas de Inteligência Artificial podem ser utilizados pelos advogados.

Vem aí um admirável mundo novo. Vamos continuar a precisar de advogados?
O recurso à inteligência artificial só fará sentido na prestação massificada de serviços jurídicos em que a relação de confiança entre os advogados e os seus clientes é suscetível de preterida. Os grandes consumidores de serviços jurídicos como bancos e seguradoras estão a desenvolver plataformas informáticas que recorrem à inteligência artificial para realizar algumas atividades que são prestadas por advogados. A inteligência artificial está a ser utlizada na prestação de serviços jurídicos massificados por exemplo aqui na nossa vizinha Espanha e na Alemanha. Efetivamente, fala-se no desenvolvimento de plataformas informáticas que utilizam modelos pré-determinados para a análise contratual em massa ou a realização de *due diligence* com base em modelos com variáveis de análise pré-determinadas. Conquanto, a preterição da inteligência humana pela artificial está circunscrita a áreas de intervenção em que é necessária a análise por amostragem ou a análise massificada. A inteligência artificial em momento algum suplantará a relação de confiança que se estabelece entre os cidadãos e os seus advogados ou entre as empresas e os advogados que estas livremente escolham de acordo com valências conhecidas dos profissionais em causa. Não considero que o digital seja um admirável mundo novo, porque a desumanização dos serviços jurídicos e, há até quem já avente, a desumanização da justiça, em que a inteligência humana é substituída pela artificial, coloca problemas sérios na prestação de serviços jurídicos e de justiça.

> "A desumanização dos serviços jurídicos e, há até quem já avente, a desumanização da justiça, em que a inteligência humana é substituída pela artificial, coloca problemas sérios na prestação de serviços jurídicos e de justiça

Mas a digitalização vai mudar a forma como os advogados prestam serviços aos seus clientes... não concorda?
Pode mudar em áreas onde a prestação de serviços jurídicos possa ser massificada. Não tem relevância ou terá uma insignificante relevância na relação da pessoa singular com o seu advogado ou na relação das pequenas e médias empresas com o seu advogado, onde a relação de confiança é fundamental. Assim como na prestação de serviços jurídicos de contencioso onde a inteligência artificial não tem possibilidade de ser introduzida.

Há, além disso, problemas éticos que se levantam. Por exemplo, o que acontecerá se existirem serviços que passem a ser desempenhados por sistemas de inteligência artificial? O que pensa disso?
Os atos que de acordo com a lei dos atos próprios dos advogados estão acometidos a estes profissionais não devem poder ser praticados com recurso a inteligência artificial. Sendo certo que os modelos de análise utilizados pela inteligência artificial têm necessariamente que obrigar à intervenção de advogados na sua elaboração. De qualquer forma, mesmo nos casos referidos, o recurso a inteligência artificial não dispensa a montante e a jusante o recurso a advogados, quer na elaboração dos modelos de análise, quer na conformação dos resultados da análise resultante desses modelos. A intervenção dos advogados, mesmo nestes casos, será sempre necessária.

A Ordem dos Advogados tem de fazer um esforço para adaptar e enquadrar a profissão a estes desafios?
O recurso à inteligência artificial na prestação de serviços jurídicos deve ser objeto de regulamentação por parte da Ordem dos Advogados, que deverá definir as situações em que a mesma pode ser utilizada e garantir a intervenção de advogados na elaboração de modelos de análise e na avaliação dos resultados da aplicação dos modelos.

PUB

DOUTORAMENTO
EM DIREITO

INTEGRADO NO

CATÓLICA RESEARCH CENTER
FOR THE FUTURE OF LAW

MESTRADO
EM DIREITO*

ESPECIALIZAÇÕES EM:

- DIREITO CRIMINAL
- DIREITO DA EMPRESA E DOS NEGÓCIOS
- DIREITO FISCAL
- DIREITO INTERNACIONAL E EUROPEU
- DIREITO PRIVADO
- DIREITO DO TRABALHO

MESTRADO
EM DIREITO E GESTÃO*

* Possibilidade de candidaturas de titulares de licenciatura de outras áreas científicas.

www.direito.porto.ucp.pt

PÓS-GRADUAÇÕES

- DIREITO ADMINISTRATIVO
- FASHION LAW
- DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
- DIREITO IMOBILIÁRIO
- DIREITO INTELECTUAL
- INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS
  (iniciativa conjunta da Faculdade de Direito, da Faculdade de Educação e Psicologia e da Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa)
- ORGANIZAÇÃO E GESTÃO NO FUTEBOL PROFISSIONAL
  (em parceria com a Liga Portuguesa do Futebol Profissional)
- DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL
- DIREITO DOS VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITO BANCÁRIO

SIGA-NOS NO FACEBOOK

CONTACTOS E MAIS INFORMAÇÕES

Manuela Sousa
msousa@porto.ucp.pt
22 619 62 84

Rosa Lina Rocha
rlina@porto.ucp.pt
22 619 62 06

CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO
ESCOLA DO PORTO

Foto cedida

FORMAÇÃO SUPERIOR ACOMPANHA NOVAS EXIGÊNCIAS

A Faculdade de Direito do Porto da Universidade Católica tem apostado em formações sobre o impacto da digitalização no mundo do Direito. Ao nível da licenciatura, avançou, este ano letivo, para uma disciplina introdutória de "Direito e Tecnologia", onde são abordados temas como IoT. blockchain, contratos eletrónicos, cibercrime, direito das redes sociais e direito ao esquecimento, bem como meios online de resolução de litígios. No mestrado, para além do novo paradigma digital estar em muitas disciplinas de caráter mais genérico, existem seminários específicos sobre comércio eletrónico e regulação da internet e criminalidade informática. Neste âmbito, já se realizaram duas edições da Pós-Graduação em Direito à Proteção de Dados Pessoais.

UNIVERSIDADES

Digitalização reduz custos mas requer cautelas

Os advogados mostram há muito saber tirar partido dos benefícios das soluções tecnológicas e ao ritmo da revolução digital, preparam-se para vencer os maiores desafios, aqueles que a Inteligência Artificial está a colocar em cima da mesa.

SÓNIA BEXIGA
E MARIANA BANDEIRA
sbexiga@jornaleconomico.pt

O futuro da advocacia, à semelhança de outras áreas basilares do desenvolvimento económico do nosso país, tem na revolução digital em curso, um dos seus principais alicerces. E naturalmente há na esfera académica uma perceção clara das transformações já operadas, bem como uma capacidade de antever até que ponto tudo pode mudar, fruto da experiência e do papel central que desempenha na formação dos profissionais.

Neste setor, a realidade está já marcada pela tendência crescente no uso dos novos meios de comunicação, tornando relativamente comum o uso do e-mail, redes sociais ou serviços de mensagens instantâneas (como o whatsapp) entre advogados e clientes. "A comodidade, rapidez, imediatismo e menor custo dos novos meios de comunicação são claros benefícios perante o que por vezes pode ser o incómodo de se marcar uma reunião presencial num escritório", sublinham Manuel Fontaine, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa no Porto, e Pedro Freitas, professor de Direito Criminal, em declarações ao Jornal Económico. Porém, os especialistas alertam para o facto de, como em qualquer instrumento de trabalho, ser necessário ter "alguma cautela na sua utilização", já que os benefícios apontados "podem muito facilmente transformar-se em desvantagens para o advogado". Podendo acontecer situações como o cliente sentir-se tentado a enviar mensagens, a qualquer hora do dia, para tirar dúvidas jurídicas, o que pode dificultar a gestão eficiente do tempo disponível do advogado que poderá mesmo não chegar a obter os rendimentos que são devidos pelo trabalho prestado.

Vivem-se assim tempos nos quais um jurista "não pode, rectius, não deve prescindir das ferramentas digitais", realçam os especialistas. Desde a consulta de legislação, a pesquisa de jurisprudência ou de doutrina, nacional ou internacional, a gestão do escritório, até à comunicação com colegas ou elaboração de peças processuais, tudo depende, e cada vez mais, do acesso à internet ou do uso de programas informáticos adequados.

Alguns estudos, envolvendo tarefas ligadas ao mundo jurídico, mostram que os seres humanos são ultrapassados em rapidez e eficácia, nomeadamente na análise e revisão de contratos, previsão de decisões ou pesquisa de legislação e jurisprudência

Neste contexto, evidenciam um outro caminho seguido pela digitalização: a prestação de serviços jurídicos, no que diz respeito à relação entre advogado e tribunais, através de plataformas como o Citius, (projeto de desmaterialização dos processos nos tribunais judiciais).

IA vs advogados

Um dos grandes desenvolvimentos a que hoje se assiste desenrola-se, na opinião de ambos, no campo da Inteligência Artificial (IA), e o Direito "não pode ficar alheio a esta realidade", defendem. A inteligência artificial tem-se mostrado bastante capaz na realização de tarefas específicas, automatizadas, complexas (weak AI). Alguns estudos, envolvendo tarefas ligadas ao mundo jurídico, mostram que os seres humanos são ultrapassados em rapidez e eficácia, nomeadamente na análise e revisão de contratos, previsão de decisões ou pesquisa de legislação e jurisprudência. Contudo, tanto para Miguel Fontaine como Pedro Freitas não creem que o avanço da IA ponha em risco a profissão de advogado, ou outras do mundo jurídico. "Pode sim constituir um ótimo complemento ou ferramenta ao dispor do advogado. Não é por acaso que as grandes sociedades de advogados têm testado e implementado soluções de inteligência artificial", afirmam, acrescentando ainda que a IA pode ainda auxiliar o advogado na realização de tarefas morosas ou repetitivas, de modo a que este se possa concentrar em tarefas que exijam maior criatividade, inteligência emocional, flexibilidade de pensamento e capacidade de interpretação. Neste cenário, "torna-se imprescindível que um jurista obtenha formação adequada de modo a que, num mercado altamente competitivo como o jurídico, seja capaz de adotar ferramentas que otimizem o seu trabalho, colocando-o assim numa situação de vantagem relativamente aos colegas que não reconheçam os benefícios da inteligência artificial", concluem. ●

PUB

Abecasis, Moura Marques & Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL

Transformação digital na Advocacia não é igual em todos os países

A Abecassis, Moura Marques & Associados adapta-se aos avanços de cada mercado e à necessidades de cada cliente.

Entrar no mercado global pressupõe, para qualquer negócio, a aprendizagem de outras realidades e a criação de soluções específicas. Isto aplica-se também nos serviços jurídicos. No processo de internacionalização, a Abecassis, Moura Marques & Associados (AAMM) moldou-se ao contexto jurídico e cultural de cada uma das jurisdições onde opera na África, América do Sul e Europa. Outras diferenças vieram a ser descobertas. A transformação digital é global mas os avanços variam de país para país. Questões económicas e até políticas pesam neste ritmo. À semelhança de outras áreas da tecnologia, Portugal é visto lá fora como exemplo positivo na digitalização da advocacia. As vantagens no mercado doméstico são para a AAMM motivo de orgulho e de partilha no trabalho fora de portas.

"Em Portugal, no Cliente privado ainda não existe a noção alargada de que a utilização de plataformas digitais é uma realidade para se manter. Mas já há, e com algum grau de sofisticação, essa noção por parte do Cliente pessoa coletiva. Esse mesmo grau de sofisticação existe lá fora e é-nos constantemente solicitado. Colegas nossos, noutras jurisdições, perguntam sobre a nossa experiência e ficam impressionados com a nossa capacidade de integração de informação e digitalização, em particular na área da contratação pública. Nem todos estão ao nível em que Portugal está, algo que tem muito mais a ver com investimento do que com questões culturais. Na AAMM, julgo que percebemos a importância desta ferramenta pelo que nos limitámos a implementá-la." – afirma Paulo de Moura Marques, sócio fundador da sociedade.

Esta mutação fez-se sentir de forma significativa na AAMM ao longo dos últimos 5 anos, quando a sociedade passou a usar mais intensamente a tecnologia como forma de comunicação e de trabalho. Segundo Paulo de Moura Marques, foi necessário ultrapassar algumas resistências próprias dos advogados, que se foram rendendo às evidências de um fenómeno que, inevitavelmente, chegou à informação jurídica.

Foi criada tecnologia específica para o sector, onde a segurança está no topo das prioridades. A AAMM testemunhou os desafios próprios de um processo que está em constante crescimento.

"É evidente que a segurança da informação tem de ser a nossa primeira preocupação mas igualmente a eficácia no processo. Isso envolve a gestão dos documentos e a interação dos agentes no próprio processo. É importante guardar a informação com garantia de segurança, mas é igualmente importante poder dar acesso aos agentes que dela precisam, de forma a que possam intervir sempre que necessário. Parece-me evidente que já existe algum lastro nesta matéria e que é bem aceite na comunidade jurídica. O que pedimos agora é que se anulem as fragilidades e se potenciem as valências dos sistemas de informação, designadamente os dos tribunais, para que se progrida em novas aplicações. E vamos caminhar para a total integração digital."

As rotinas mudaram e o quotidiano deixou de ser tão dependente do papel. Para acompanhar as mudanças, a AAMM apostou na formação dos recursos humanos na "linguagem" digital. Adicionalmente, as tarefas de alto valor passaram a ter maior foco.

"Já estamos num paradigma de terceira geração, preocupados com a segurança informática e com a integração. Ainda há algum apego ao papel, ao físico, mas já somos muito digitais. Na AAMM temos a preocupação de que as pessoas que connosco colaboram sejam digitalmente fluentes, pelo menos na ótica do utilizador. Agora, dificilmente, nós advogados podemos estar ao nível de conhecimento de quem apenas trabalha estas matéria mas julgo o inverso é igualmente verdade (riso). Há sempre algo para conhecer e aprender."

A forma como os serviços são prestados e entregues também mudou. A aplicação de novas tecnologias digitais e de inteligência artificial, aproximou os clientes tornando-os ainda mais exigentes.

O tempo permite aos advogados uma melhor e mais célere elaboração de estratégias.

"Em termos de sofisticação e tratamento, as expectativas são elevadas. Estão à espera de ver por parte dos advogados a integração tecnológica a que estão habituados no dia a dia."

Na AAMM, o único "filtro" desta relação prende- se ainda com a partilha de informação com terceiros, para quem o acesso ainda é limitado e justifica-se, mais uma vez, com a segurança.

A digitalização está a criar novos modelos de serviço, com evidentes vantagens e impacto económico positivo. Com tamanho avanço na digitalização do sector, o caminho chegará às decisões automatizadas. Apesar disso, para Paulo de Moura Marques, este continua a ser um sector iminentemente humano, algo que não pode ser suprimido.

Acrescenta que mesmo quando o poder decisório é dado a uma máquina, os critérios serão sempre estabelecidos por humanos. Ou seja, apenas a palavra final do humano foi substituída. As más decisões, acrescenta, acontecem tanto com máquinas como com homens.

EDITORAS

"As bibliotecas jurídicas terão de transitar para as plataformas digitais"

A biblioteca jurídica pessoal tradicional de livros em papel terá de adaptar à nova dinâmica do mercado, não só pelas questões de espaço físico mas também pela evolução tecnológica.

ANTÓNIO SARMENTO, ÂNIA ATAÍDE E MARIANA BANDEIRA
mbandeira@jornaleconomico.pt

A Wolters Kluwer posiciona-se exclusivamente no mercado digital e é líder em soluções e serviços de informação jurídica online. A 'country manager' da editora, Florbela Jorge, considera que "no mundo jurídico a atualização diária dos diplomas legais apresentando-os com as diversas versões histórica, atuais e qual a próxima versão de vigência com links para a interpretação jurisprudencial e doutrinária, imprescindível para a prevenção de litígios ou a sua resolução".

Há 12 anos, a Wolters começou por incorporar a tecnologia de motores de busca inteligente especializados em conteúdos jurídicos, baseada na pesquisa por palavra com apresentação de resultados ordenados pelo interesse jurídico – relevância jurídica até à expansão semântica e a linguagem natural. "Atualmente, o nosso sistema de Gestão de Conteúdos, de forma a enriquecer os conteúdos de legislação, jurisprudência e conteúdos de autor, gere mais 270 mil documentos com texto completo numa única base de dados, com mais de 3.800.000 links que inter-relaciona todo o tipo de documentos na base de dados", acrescenta a responsável.

Isto, para além de incluir, mais de um milhão de sugestões de pesquisa; 80 mil sugestões para encontrar os documentos que precisa; 300 critérios utilizados para apresentar os documentos para encontrar; 541 mil versões de vigência de artigos em todos os diplomas legais e três segundos apenas de capacidade de resposta à pesquisa lançada.

Segundo Florbela Jorge, a biblioteca jurídica pessoal tradicional de livros em papel está a "desaparecer não só pelas questões de espaço físico mas também pelas disponibilidades tecnológicas". A pensar nesta questão a Wolters Kluwer lançou a plataforma SMARTECA, uma biblioteca profissional "na nuvem" e acessível desde qualquer computador ou dispositivo móvel, que apresenta vários livros digitais nacionais e estrangeiros e que permite aos profissionais incluir as suas próprias obras e trabalhar com elas em qualquer momento ou lugar.

A dinâmica do mercado editorial

Questionada sobre como tem evoluído a tecnologia em termos de plataformas e motores de busca especializados em conteúdos jurídicos, a diretora de unidade de negócio do grupo Almedina diz que a evolução em Portugal "é muito pouco significativa" em comparação com outros países.

"Por enquanto qualificaríamos, ainda, de elementares as ferramentas de pesquisa e as plataformas existentes, com pouco recurso a sistemas de inteligência artificial ao serviço do mercado jurídico. Por esse motivo, os profissionais continuam a ter no livro físico uma importantíssima, se não mesmo fundamental ferramenta de trabalho, onde efetuam as suas pesquisas, apesar das expectativas no surgimento de uma qualquer tecnologia que lhes permita poupar tempo e garanta maior eficiência nos resultados", diz.

Contudo, reconhece que "começa a notar-se, porém, que para algumas sociedades de advogados e departamentos 'in house' a inovação e investigação tecnológica é já uma prioridade". A responsável identifica ainda uma "grande relutância" na disponibilização pelos autores das obras em formatos não físicos. "Estamos certos de que o futuro será outro, mas, por enquanto, é esta a realidade a que assistimos", acrescenta.

"As bibliotecas jurídicas terão de transitar, obrigatoriamente, para as plataformas digitais. Não só pela própria dinâmica do mercado editorial que já referimos, mas fundamentalmente pelo esgotamento do espaço disponível das próprias bibliotecas. Por outro lado, uma biblioteca digital oferece ainda inúmeras vantagens de utilização simultânea e de rapidez de pesquisa que uma biblioteca tradicional não tem capacidade para oferecer", defende.

O perfil dos leitores também está a mudar e pretendem livros práticos e objetivos, com reduzidas dimensões e com um preço acessível. A desactualização rápida de matérias legislativas é identificada por Paula Mendes como um fator importante na fixação das tiragens, no time to market e na gestão dos stocks inutilizáveis por desatualização.

"A consequência já se vai fazendo sentir, a mudança do paradigma do livro técnico como um grande tratado caro e imutável, para um livro útil e de rápida e fácil consulta, com a sua utilidade balizada no tempo", defende, acrescentando que "é efetivamente complexa a atividade de produção editorial jurídica no nosso mercado, de reduzidas dimensões e elevada produção legislativa e autoral". ●

Uma biblioteca digital oferece diversas vantagens como a utilização simultânea e a rapidez de pesquisa

istock

PUB

Wolters Kluwer

www.jusnet.pt

JusNet a melhor solução de informação jurídica

Pesquisa inteligente

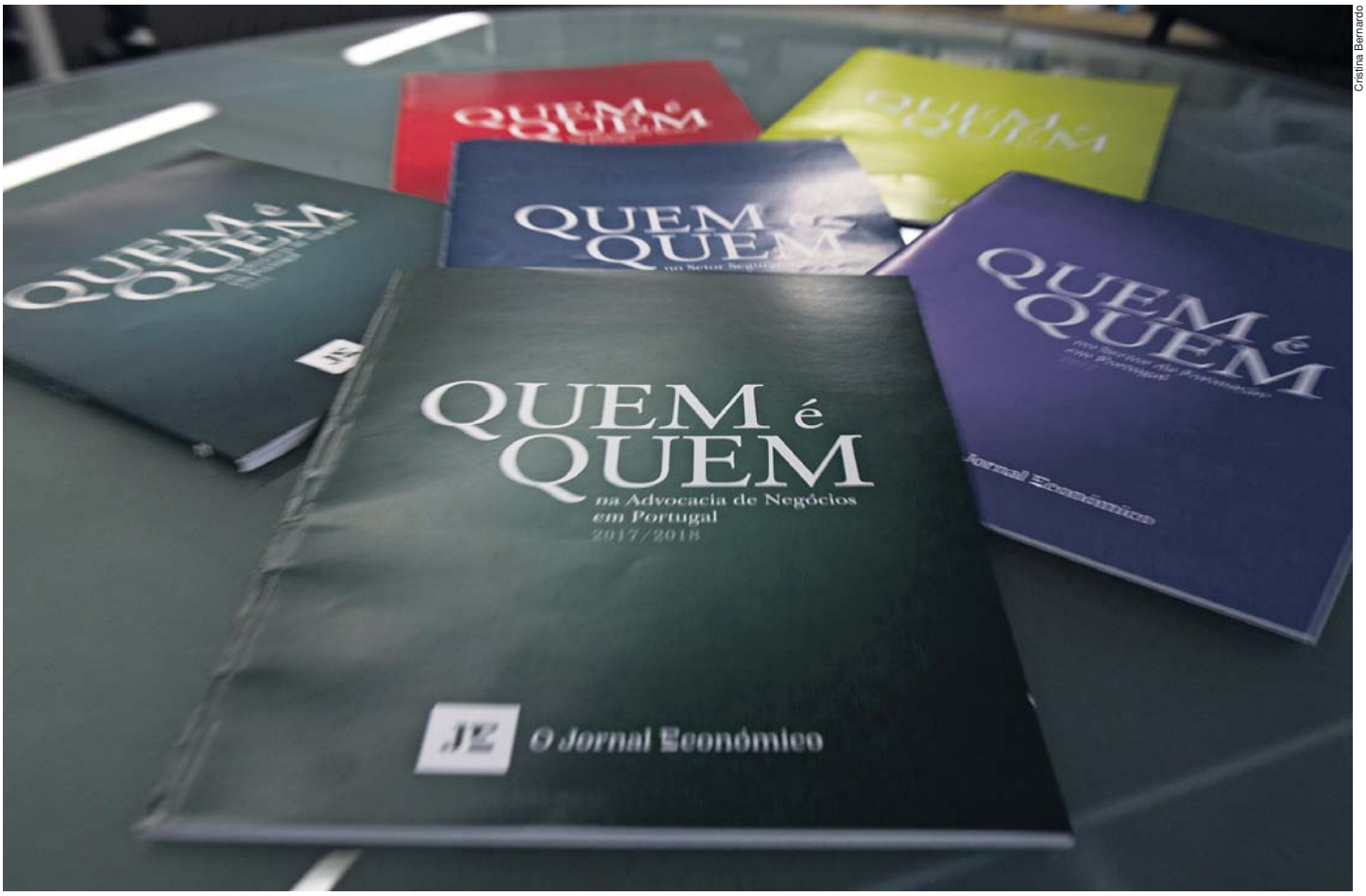
Todo o tipo de conteúdos

Facilidade de consulta

Informação

Onde quiser

Formação gratuita e acesso experimental: pt-comercial@wolterskluwer.com • Tel: 963 437 048



Cristina Bernardo

QUEM É QUEM NA ADVOCACIA DE NEGÓCIOS EM PORTUGAL - 2019

JE publica "Quem é Quem" na advocacia de negócios

Edição deste ano será publicada no final de outubro e terá como novidade o facto de incluir uma secção dedicada às áreas de M&A, 'Private Equity', Mercado de Capitais e Imobiliário, com as principais operações e os advogados que as protagonizaram.

O Jornal Económico vai lançar no final de outubro mais uma edição do seu "Quem é Quem na Advocacia de Negócios em Portugal", o anuário especializado, em papel e online, que dá a conhecer as principais firmas de advocacia do país.

Trata-se de uma edição de colecionador, publicada como suplemento do Jornal Económico e disponibilizada também em versão online. Este guia contém entrevistas com figuras de proa do setor, análises sobre os temas que marcam a atualidade e um fórum que conta com a participação dos líderes dos principais escritórios nacionais.

A principal novidade na edição deste ano será o facto de incluir uma secção dedicada às áreas de fusões e aquisições, *private equity*, mercado de capitais e imobiliário, onde são elencados as principais operações realizadas em 2017 e os advogados que assessoraram esses *deals*. Com esta e outras inovações, o "Quem é Quem" procura continuar a assumir-se como um anuário de referência no mercado português, com informação útil tanto para os profissionais do setor como para os clientes e demais *stakeholders*.

Com esta e outras inovações, o "Quem é Quem" procura continuar a assumir-se como um anuário de referência, com informação útil para os profissionais do setor e seus clientes

Além destes conteúdos editoriais, produzidos pela redação do Jornal Económico, o "Quem é Quem" inclui ainda um descritivo de cada firma, com as respetivas equipas e áreas de prática.

Para informações sobre como anunciar neste "Quem é Quem", contacte o Jornal Económico através de comercial@jornaleconomico.pt.

O mercado da advocacia de negócios é uma áreas *core* do Jornal Económico, através da secção "Advisory", onde todos os dias damos a conhecer as tendências e os acontecimentos que fazem mexer este setor, sem descurar também a discussão sobre os grandes temas do Direito.

Além do "Quem é Quem na Advocacia de Negócios em Portugal", o Jornal Económico publica anuários setorais sobre setores como as tecnologias, formação, setor segurador, indústria farmacêutica e saúde, entre outros.

PUB

CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

PROGRAMAS
2018-2019

DIREITO DA ENERGIA
1ª EDIÇÃO início a 21 de setembro

REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
3ª EDIÇÃO início a 29 de setembro

SOCIEDADES COMERCIAIS (POR QUOTAS E ANÓNIMAS)
7ª EDIÇÃO início a 2 de outubro

DIREITO DO DESPORTO
3ª EDIÇÃO início a 12 de outubro
PARCEIRO | FPF PORTUGAL FOOTBALL SCHOOL

DIREITO E PRÁTICA DO PROCEDIMENTO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVOS
1ª EDIÇÃO início a 18 de outubro

CIÊNCIAS JURÍDICAS
12ª EDIÇÃO início a 16 de novembro

DIREITO DA SAÚDE
2ª EDIÇÃO início a 16 de novembro
PARCEIROS | HOSPITAL DA LUZ LEARNING HEALTH TRAINING, RESEARCH & INNOVATION CENTER · VIEIRA DE ALMEIDA · Academia

SOCIEDADES ANÓNIMAS (ABERTAS)
7ª EDIÇÃO início a 29 de janeiro

FISCALIDADE
CATÓLICA tax
12ª EDIÇÃO início em janeiro
PARCERIA ESTRATÉGICA | pwc

DIREITO E PRÁTICA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA
11ª EDIÇÃO início em março
PARCEIRO | eSPAP Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

DIREITO DAS CRIANÇAS
1ª EDIÇÃO início no 1º trimestre de 2019

posgraduacoesdireito@fd.lisboa.ucp.pt www.fd.lisboa.ucp.pt

FIRMAS MAIS DIGITAIS TECNOLOGIA

1 COMO É QUE A DIGITALIZAÇÃO VAI MUDAR A FORMA COMO AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS PRESTAM SERVIÇOS AOS SEUS CLIENTES?

DUARTE DE ATHAYDE
Managing partner
Abreu Advogados

APROXIMAÇÃO AOS CLIENTES

O processo de transformação do modo como as sociedades de advogados prestam serviços é gradual, mas acreditamos que devemos acompanhar as tendências do mundo corporativo. Isso implica a automatização de um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão dos processos dos clientes, facturação e a adopção de ferramentas de comunicação que aproximem as pessoas. Estas transformações reduzirão custos de operação e tornarão todo o processo de trabalho mais eficiente. A Abreu Advogados também investe em soluções orientadas para a gestão dos clientes, a partir da extracção de dados que nos permitam adaptar e personalizar os serviços prestados de acordo com necessidades específicas. Além do conhecimento técnico das equipas, os profissionais da advocacia diferenciam-se pela capacidade de relacionamento, o que lhes permite compreender as necessidades específicas do negócio dos seus clientes e melhor adaptar-se a elas. Para escolher a sociedade, o relacionamento, a capacidade de resposta e a visão do negócio são mais relevantes.

NUNO GALVÃO TELES
Managing partner
Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados

ACESSIBILIDADE EM TEMPO REAL

Os principais ganhos são de eficiência mas também na qualidade do próprio trabalho. Com a digitalização vêm a automatização e a gestão facilitada de equipas e tarefas, muitas vezes, incluindo o próprio cliente, que agora está incluído em todas as fases do trabalho, como parte da equipa, em total transparência. A relação entre cliente e advogado está em processo de alteração, sendo crescentemente mais próxima. O tipo de serviços oferecidos também muda, com novidades como as plataformas de documentos disponíveis para o cliente, acessíveis em qualquer ponto em tempo real. Sendo as tarefas mais rotineiras estandardizadas e automatizadas, com maior rapidez, o advogado fica liberto para toda a parte criativa e mais inovadora do Direito, que realmente nos entusiasma muito, e que acrescenta valor às necessidades do cliente. Internamente, o nosso trabalho é já feito com recurso a várias ferramentas colaborativas, simplificando o trabalho em equipa, e com ferramentas de gestão de negócio (*business intelligence*). Tudo isto permite que o advogado se concentre no trabalho de valor agregado, simplificando tudo o resto.

JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA
Managing partner
Vieira de Almeida

VIRTUALIZAÇÃO DE FERRAMENTAS

A transformação digital e tecnológica é já uma realidade e vai intensificar-se sobretudo nos ganhos de eficiência e otimização, através do reforço da análise, classificação e automação documental. O desafio da digitalização foi abraçado na Viera de Almeida (VdA) de forma consistente e a transformação tecnológica reflete-se de naturalmente na nossa prática, designadamente na mobilidade, na colaboração e na eficiência. A mobilidade foi alavancada pelo novo posto de trabalho (Microsoft Surface) e complementada por ferramentas de acesso remoto e virtualização das ferramentas de trabalho. A estratégia do novo posto de trabalho, baseada em Windows 10 e Office 365, potencia a partilha de tarefas e documentos, como a comunicação via Skype from Business. As infraestruturas da nova sede, preparada com as mais recentes tecnologias de apresentação sem fios, vídeo e áudio conferência integrada, controlo de domótica entre outras, confere(m) um inequívoco *empowerment* à colaboração. O nosso principal objetivo com a adoção das novas tecnologias é criar valor para os clientes prestando serviços mais eficientes e otimizados num modelo mais apelativo.

MIGUEL DE AZEREDO PERDIGÃO
Managing partner
Azeredo Perdigão e Associados

DOCUMENTAÇÃO MAIS RÁPIDA

Reconheço que a digitalização já está a mudar a forma da prestação dos serviços jurídicos pelas sociedades de advogados aos seus clientes, com vantagens indiscutíveis para ambos, já que a disponibilização da documentação e da informação pelas sociedades de advogados é mais fácil, mas rápida, mais expedita e mais económica, e o acesso imediato por parte dos clientes é muito apreciado. A digitalização é, portanto, uma solução que se vai naturalmente impor pelas suas indiscutíveis vantagens quer para a sociedade de advogados quer para o cliente. Mas, curiosamente, estou ainda mais seguro de que, nesse novo contexto, será mais valorizado pelos clientes a intervenção do advogado nos seguintes aspectos em que, a meu ver, dificilmente se poderá substituir um advogado por um computador: estratégia, criatividade, aconselhamento, confiança, solidariedade na construção das soluções e proximidade e empatia com o cliente. E todos sabemos que é nisto que reside o encanto da advocacia.

Para os principais *players* da advocacia nacional, os desenvolvimentos tecnológicos que estão, pouco a pouco, a entrar nas sociedades de advogados – como ferramentas de Inteligência Artificial ou *Machine Learning*, que apreendem conceitos jurídicos – contribuem para para melhorar o trabalho diário destes profissionais, reduzir custos e facilitar *due diligences*.

DOMINGOS CRUZ
Managing partner
CCA Ontier

ADEUS À ADVOCACIA *HOUSEKEEPING*

O advento do LegalTech vai seguramente acabar com a advocacia de *housekeeping*, i.e., actas, registos, constituição de sociedades, e outros actos de menor valor acrescentado nas várias áreas do direito. Esta tendência exige dos advogados uma grande adaptação, uma metamorfose que se tem vindo a assistir nos últimos anos. Os clientes, constata-se, pedem hoje isso mesmo, e estamos certos que a introdução dessas soluções será libertadora tanto para as sociedades de advogados que sobreviverem, que se poderão focar nas tarefas que verdadeiramente acrescentam valor, como para os clientes, que poderão ter um serviço mais rápido, eficiente, e consideravelmente mais barato. A CCA Ontier tem acompanhado de perto as evoluções tecnológicas no sector dos serviços legais com o objetivo de se tornar mais eficiente. É hoje evidente que a tecnologia terá como efeito a curto prazo, eliminar barreiras e tornar determinados serviços jurídicos mais acessíveis a todos. O efeito imediato da eliminação dessas barreiras é uma descida de preços desses mesmos serviços.

MARIA JOÃO RICOU
Managing partner
Cuatrecasas em Portugal

SUPERAÇÃO DE BARREIRAS

A tecnologia permite ganhos de eficiência muito elevados, sobretudo no trabalho mais simples e rotineiro, libertando os advogados para trabalho analítico e de aconselhamento com maior valor acrescentado. Ao estarmos dotados, por exemplo, de sofisticadas plataformas de gestão documental, *data rooms* virtuais e bases de dados de informação jurídica ficamos habilitados a processar e aceder à informação relevante de uma forma mais rápida e abrangente. No caso específico da Cuatrecasas, ficamos mais próximos e colaborativos, superando barreiras geográficas, o que é imprescindível no ambiente internacional em que funcionamos, com escritórios em 12 países e clientes em muitos mais. E, ao introduzirmos tecnologia mais avançada, podemos ter uma oferta mais competitiva de serviços jurídicos. Temos vindo a testar diferentes tecnologias: Luminance, DoxRay, entre outras. Neste momento utilizamos o software Kira que, através da tecnologia de inteligência artificial e *machine learning*, "aprende" conceitos jurídicos e dá um contributo importante em *due diligences*.

PEDRO REBELO DE SOUSA
Managing partner
SRS Advogados

DESAFIO CONSTANTE E EXIGENTE

Existem tarefas de rotina que já não são desempenhadas por advogados (marcação de prazos, por exemplo) e muitas horas de trabalho poupadas através do uso de plataformas digitais que agregam jurisprudência entre outras mais sofisticada. É um desafio constante e muito exigente. Traz enormes benefícios para advogados e clientes tornando mais eficiente e rigoroso o serviço prestado não deixando duvidas quanto à eficácia das automation technologies e inteligência artificial. O grande vencedor do processo de transformação digital é o cliente. Consegue um incremento de valor tendo como contrapartida um acentuado investimento das sociedades de advogados. O desafio é conseguir acompanhar a evolução digital e tecnológica nos níveis que o mercado reclama e ao mesmo tempo garantir que estas soluções sejam seguras e pouco vulneráveis a cenários de risco. A SRS Global (Angola, Brasil, Macau, Malta, Moçambique, Portugal e Singapura), a nossa forte rede de contactos internacionais, tem-nos ajudado a perseguir o nosso principal objectivo de alargar a nossa experiência e conhecimento face às cada vez mais complexas questões jurídicas que se impõem a um nível global.

RODRIGO ALMEIDA DIAS
Co-managing partner
FCB Sociedade de Advogados

CONCENTRAÇÃO EM ACRESCENTAR VALOR

A digitalização, como a generalidade das evoluções tecnológicas, ajuda na medida em que permite que os advogados se concentrem nas dimensões em que podem verdadeiramente acrescentar valor, como sejam definir a melhor estratégia para atingir a finalidade do cliente e negociar com a contraparte a melhor forma de a implementar. Sobretudo nas grandes operações, em que é necessário o tratamento de grandes quantidades de informação, existem serviços que poderão deixar de ser prestados por advogados. Mas somos cépticos/conservadores quanto a um mundo em que uma máquina faça de advogado, no que a profissão tem de mais nobre. É um mundo em que, cremos, não iremos viver e, com sinceridade, também não queremos, provavelmente, viver. Para usar uma expressão em voga, valorizamos os candidatos que, em acréscimo à imprescindível qualidade técnica, se diferenciam por terem os *soft skills* da praxe.

PAULO DE MOURA MARQUES
Sócio fundador AAMM e Associados

TRADIÇÃO AINDA MARCA

O setor da prestação de serviços jurídicos é tradicionalmente mais apegado ao papel e apesar da acessibilidade de infraestruturas, plataformas e processos. Ainda é muito comum o recurso à impressão "para uma melhor leitura". Mas a transformação digital é um processo global e que ganha momento, tanto em Portugal como no estrangeiro É necessário que o advogado tenha uma noção profunda do sector de negócios em que o cliente opera, da sua concorrência, dos movimentos que ocorrem nesse mercado e em mercados que lhe são adjacentes, o que lhe permite uma maior capacidade de antecipação e de avaliação. E, depois, é indispensável o conhecimento internacional, que resulte de uma análise comparativa e valorativa, que permita ao cliente manter-se atualizado do que vai acontecendo noutros países e, desta forma, contribuir para as suas decisões informadas. São estas características que contribuem para diferentes percepções dos clientes em relação às diversas sociedades de advogados.

LUÍS PAIS ANTUNES,
***Managing Partner* PLMJ**

NOVOS SISTEMAS DE GESTÃO

A digitalização não terá impacto apenas no futuro. É fundamental ter uma visão estratégica de adaptação e antecipação às necessidades do mercado, de modo a garantir que nos mantemos pioneiros, ágeis e disruptivos na prestação de serviços jurídicos num mundo cada vez mais competitivo. Os desafios à reinvenção do nosso setor são enormes e a nossa ambição é clara: queremos ser um player relevante. Não apanhámos hoje o comboio da inovação. Já no passado começámos a criar os nossos próprios sistemas (como por exemplo o sistema de gestão de prazos e CRM) que nos permitem ser mais eficientes na forma como trabalhamos. Mesmo quando ainda existe um vazio legal, como no caso da tecnologia de blockchain, a PLMJ antecipou-se a criar uma equipa multidisciplinar que já envolve advogados em Lisboa Porto e Faro para conseguir responder ao crescente número de pedidos de clientes relacionados com o tema, como seja a preparação de ICO e, de uma forma geral, nas diferentes modalidades de tokenização e *fundraising*.

JOÃO MIRANDA DE SOUSA
Sócio Garrigues

MAIOR DETEÇÃO DE RISCOS

A aplicação da inteligência artificial e das novas tecnologias às atividades que são próprias de um escritório de advogados fará com que uma série de tarefas se executem com maior qualidade, mais rapidamente e com menor dispêndio de recursos. Por exemplo, no âmbito da revisão de documentos que é própria dos processos de due diligence, existem ferramentas de machine learning, que permitem automatizar revisões de documentos que reduzem substancialmente a necessidade de intervenção humana. Estas ferramentas analisam automaticamente documentos, e extraem cláusulas e outra informação crucial dos mesmos e economizam tempo aos advogados no processo de revisão, facilitando a deteção de riscos em processos de *due diligence*, por exemplo. A Garrigues Digital juntamente com o grupo de "Startups and Open Innovation" estão preparados para dar resposta aos grandes assuntos legais os quais enfrentam as empresas na atual era da transformação e do empreendedorismo digital.

BERNARDO AYALA
Sócio Uría Menéndez - Proença de Carvalho

JOGADA DE XADREZ EXIGENTE

Os factores de diferenciação na "advocacia de negócios" dependem muito de setor para setor e, mesmo, de cliente para cliente. E aqui reside, desde logo, a primeira resposta: o principal fator de diferenciação e aquilo que um largo grupo de clientes mais privilegia é, justamente, o conhecimento profundo da atividade, das prioridades e das preocupações do cliente no seu específico setorNa nossa opinião, um escritório que consiga maximizar a combinação destes seis fatores tenderá a estar bem colocado. Se assim acrescentar resultados consistentes em benefício do cliente, conseguirá não só ser escolhido mas fidelizar a longo prazo. É um xadrez muito exigente. Na Uría Menéndez - Proença de Carvalho, procuramos selecionar advogados que tenham não apenas excelente formação académica, bom domínio de línguas, competências sociais, capacidade de trabalho em equipa e espírito empreendedor, mas também interesses pessoais e sociais que os tornem profissionais mais completos. Para tanto, precisam obviamente de saber mover-se no meio digital.

FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA
Sócio CMS Rui Pena & Arnaut

BUSCA CONSTANTE DE INOVAÇÃO

A um nível mais recorrente, hoje, nenhuma sociedade de advogados de dimensão relevante pode trabalhar sem um sistema bem oleado de gestão de conhecimento, que busca constantemente formas de inovar em benefício dos seus Clientes, sobretudo nas vertentes da rapidez da resposta e qualidade dos serviços, sem descurar o aspeto da inovação das soluções jurídicas pelas quais somos procurados. A combinação destes aspetos – qualidade, tempo e inovação – são a chave que assegura a competitividade dos grandes escritórios. Mas a digitalização comporta ainda um benefício essencial a nível interno, na medida em que também achamos que o uso inteligente da tecnologia por parte dos advogados e demais colaboradores, é um fator que permite aos próprios melhorar o seu desempenho profissional e uma melhor gestão do tempo, fundamental para o equilíbrio da vida profissional e pessoal. Nenhuma área passa realmente ao lado da digitalização, dada a natureza dos negócios hoje.

CATARINA CUNHA E TÁVORA
Sócia da Miranda & Associados

OBRIGAÇÃO DE REPENSAR O NEGÓCIO

As grandes multinacionais estão, também por força dos recentes desenvolvimentos tecnológicos, mais focadas em assegurar-se de que o serviço que recebem é o mais eficiente possível, o que tem obviamente impacto no preço. Contudo, uma análise mais pragmática talvez revele que empresas de maior dimensão, que já contam com um departamento jurídico interno, optam pelo recurso a serviços externos, numa perspetiva de gestão de risco, caso em que a experiência e reputação da firma ganham ainda mais relevo na hora de escolher a firma que os irá representar – e o preço dos serviços pode deixar de estar em primeiro plano. A introdução de novas ferramentas tecnológicas está a permitir e obrigar os escritórios de maior dimensão (pois estes estão, neste momento, mais expostos do que os demais à transformação digital, em curso na nossa profissão) a repensar a formar como oferecem serviços aos seus clientes.

Pixabay

RUI MOREIRA DE RESENDE
Sócio RSA Advogados

DFGFDGDF DFGDFGDFGD

O principal fator diferenciador da advocacia de negócios é o conhecimento que os profissionais que atuam neste mercado têm de ter não só do cliente mas do próprio negócio do cliente, de modo a observar as expetativas do mesmo, encontrando as melhores soluções para o caso concreto. De acordo com a nossa experiência, a escolha dos clientes assenta atualmente em quatro pilares fundamentais: (i.) disponibilidade e capacidade de resposta; (ii.) foco na solução; (iii) *cost-effectiveness* e (iv.) rigor técnico. As sociedades que apresentarem as propostas que mais se aproximem, na perspetiva do cliente, destes quatro pilares serão, certamente, as objeto da escolha do cliente. As novas tecnologias, designadamente, a robotização, permitirão às sociedades de advogados prestar os seus serviços com uma capacidade de resposta mais eficiente, expedita e deslocalizada, indo ao encontro do crescente apelo dos clientes para que os serviços de advocacia acompanhem a celeridade e globalização dos negócios e contribuindo para um serviço mais *cost-effective*.

MAFALDA SEABRA PEREIRA
Sócia AVM Advogados

OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO

No médio e mesmo no longo prazo, persistirão, sem dúvida, alguns domínios da prática jurídica que continuarão a escapar às virtualidades do software disponível e a exigir a mediação única do advogado, mas as soluções tecnológicas não deixaram de ser decisivas como instrumento de eficaz recolha, organização e tratamento de informação volumosa e de conteúdo repetitivo, de análise e extração de conclusões quantitativas, de controlo de processos e projetos de escala no que respeita a orçamentos, prazos, alocação de equipas e gestão de rentabilidade. É inevitável antecipar que um número crescente de trabalhos estandardizados devam ser canalizados para o domínio de novas ferramentas digitais e instrumentos de inteligência artificial, mas esta tendência pode e deve ser vista como uma oportunidade de otimização e crescimento, mais do que como uma ameaça. As áreas que assentem na disponibilidade e rapidez de análise de dados volumosos, que exijam a gestão de documentação vasta e que obedeçam a padrões simples e uniformes têm maior potencial de crescimento, com a digitalização. Além dos exercícios de auditoria jurídica, no quadro de aquisições e outras operações, o imobiliário e certos financiamentos sem especial complexidade, bem como algum contencioso com estes relacionado, podem beneficiar significativamente dos avanços neste domínio.

PUB

ALMEDINAmais
PODER DA FORMAÇÃO INTELIGENTE

12 OUT
Processo Judicial Tributário
Por: Jesuíno Alcântara Martins

9 NOV
A Marcha do Processo Civil Declarativo
Por: Regina Santos Pereira

23 NOV
Planos Territoriais na Gestão do Território
Por: Fernanda Paula Oliveira

CONHEÇA TODA A OFERTA FORMATIVA
almedinamais@grupoalmedina.net | T. 916 284 666 | www.almedina.net/mais

V CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO
18 e 19 de outubro de 2018

25% DE DESCONTO
ATÉ 4 DE OUTUBRO

ALMEDINA
CONSULTE TODOS OS CONGRESSOS
congressos@grupoalmedina.net | T. 239 098 708 | www.almedina.net/congressos

PUB

HÁ 25 ANOS A ESCREVER
O FUTURO DA ADVOCACIA.

Pioneiros na transformação digital, a Abreu Advogados aposta na melhoria contínua dos seus serviços, através da formação permanente e do investimento em inovações tecnológicas.

abreuadvogados.com